

Antigos Logradouros – Segunda Parte

JOÃO LOURENÇO, bairro

Este bairro não existe mais e não se encontrou maiores referências sobre ele. No entanto a Gazeta de Leopoldina, de 31.07.1910, informa ter o Dr. Jonas Bastos, presidente da câmara, mandado colocar três lâmpadas no bairro João Lourenço.

A Gazeta de Leste, de 11.10.1890, diz que o sétimo quarteirão compreendia o largo capitão Félix Martins até a subida da serra, passando pela chácara do João Lourenço Ferreira de Lacerda, rua Dr. Vasconcelos até a casa de Francisco Vargas Correia.

O Almanaque de 1885 informa que um dos agrimensores da cidade era o Dr. Ignacio de Lacerda Werneck, que residia na chácara do João Lourenço.

Segundo antigos moradores, o bairro João Lourenço ficava localizado entre a Grama e a Fábrica, tendo surgido do desmembramento de terras de João Lourenço Ferreira de Lacerda, formador da fazenda Floresta, posteriormente adquirida por Jonas Bastos.

João Lourenço era filho de Lourenço José Leal e Ana Catarina Ferreira de Lacerda, neto paterno de Álvaro Pinheiro Corrêa de Lacerda e neto materno de José Ferreira Brito e Mariana Paz de Lacerda. Portanto, descendia de duas das antigas famílias leopoldinenses: os Ferreira Brito e os Pinheiro Corrêa de Lacerda.

Casou-se com Inacia Emilia de Souza Werneck, filha de Inacio de Souza Werneck e Albina Joaquina de Lacerda. O casal teve 10 filhos: Esmeraldina, casada com Emilio Hirsch; Francisco, casado com Maria Constança de Almeida; Inácio, casado com Delmira de Souza Werneck; Mariano, nascido em maio de 1856 em Leopoldina; Ana, nascida em junho de 1857 em Leopoldina; João, nascido em março de 1860 em Leopoldina; Joaquim, nascido em julho de 1861 em Leopoldina e aí casado a 16.07.1883 com Carlota Candida Cabral; Manoel, nascido em dezembro de 1862 em Leopoldina; Américo, nascido em junho de 1864 em Leopoldina; e, Ernestina, nascida em abril de 1870 em Leopoldina.

A propriedade de João Lourenço não era muito extensa. Assim foi descrita no Registro de Terras de 1856: "*N. 43 - João Lourenço Ferreira de Lacerda possui vinte e dois e meio alqueires de Terras, pouco mais ou menos, que lhe coube por herança de seu finado Sogro Ignacio de Souza Verneck na fazenda Benevolencia em commum. S. Lourenço 6 de Abril de 1856. O Vig.º José Mº Solleiro*"

Curiosamente parece que esta não era a mesma propriedade que deu origem à chácara e depois bairro João Lourenço. Até onde pudemos apurar, parece-nos que a fazenda Benevolência ficava em território que depois veio a pertencer ao município de Cataguases quando este foi desmembrado de Leopoldina. Seria nas imediações do Limoeiro. E os 3 primeiros filhos de João Lourenço listados acima, ao se casarem declaram ter nascido em Cataguases.

Em 1875 João Lourenço era “negociante de fazendas secas em Leopoldina”.

JOSÉ GAMA, rua

(Fábrica) – Denominada através da nº 1.785, de 07.03.86, teve seu nome alterado para Romualdo Joaquim de Souza por lei de 14.12.1987, nº 1.941. É o único caso recente de troca do nome de uma pessoa homenageada pelo de outra, sem que o nome anterior tenha sido utilizado para designar um novo logradouro.

José Gama Neto nasceu na serra da Onça em 23.07.1903 e faleceu a 15.11.63. Foi casado com Maria Dolores da Silveira e teve onze filhos. Era ruralista.

Ver rua Romualdo Joaquim de Souza.

LINHA, bairro

Era como geralmente se referia ao bairro que margeava a linha férrea na direção do atual bairro Bela Vista. Após a retirada dos trilhos da E. F. Leopoldina surgiu o bairro Bela Vista e o nome “linha” desapareceu.

Vale recordar que em 1871 a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina obteve concessão para a construção de uma linha de bitola de um metro, ligando Porto Novo do Cunha a Leopoldina. Substituída pela Leopoldina Railway Company Limited, esta companhia foi a principal responsável pela chegada da maioria dos imigrantes à nossa região no período imediatamente anterior ao grande fluxo de estrangeiros contratados para a agricultura.

Necessário esclarecer que quase todos os recrutados para a construção da ferrovia estavam no Brasil há mais de dez anos, seja trabalhando na Companhia União Indústria ou na Estrada de Ferro Dom Pedro II.

O fluxo de imigrantes para Leopoldina, por conta da Leopoldina Railway Co. Ltd., estende-se por alguns anos. O assentamento desta Companhia ficava próximo a Vista Alegre, às margens do riacho Jacareacanga, onde existiu a Hospedaria de Imigrantes do Jacareacanga, extinta em 1896. Acredita-se que bem antes disso a Hospedaria já não mais recebesse imigrantes pois, desde 1889, o ponto de acolhimento principal era a Hospedaria Horta Barbosa em Juiz de Fora. Aos poucos alguns dos antigos trabalhadores da ferrovia construíram suas habitações às margens da estrada dando início ao povoamento que se transformou no atual bairro.

MATRIZ, Alto da

Alto da Matriz é o local onde está a Catedral. Hoje a praça recebe o nome de praça Dom Silvério.

No livro nº 6 de atas da câmara, na folha 13, em 03.08.1877, o vereador Teixeira Lopes pede para ser orçado o calçamento do morro da Matriz, a começar na frente da casa de João Neto e entroncar na frente da casa de Menezes.



No livro caixa da câmara municipal de Leopoldina, ano 1881, na folha 10, com a data de 09.05.1881, consta ter sido pago ao Dr. João das Chagas Lobato despesas com o caminho da Matriz, no valor de 58\$250. Na folha 29 verso, 23.03.1878, está o pedido para roçar o morro da Matriz na parte que verte para a Grama, a fim de que se possa extinguir os formigueiros ali existentes.

É curioso observar que, neste livro, constam várias menções à extinção de formigueiros em diferentes lugares do município.

Na folha 54verso, do mesmo livro nº 6, com data de 20.02.1879, trata-se do *grammamento* do morro da Matriz bem como da abertura de uma *estrada* de 20 palmos de largura em *roda do mesmo morro, a começar no sobrado do cidadão João Gonçalves Netto*.

MELO VIANNA, praça

(Centro) - É a atual praça Gama Cerqueira que recebeu este novo nome pela lei nº 406, de 03.10.1961. Por um curto período afixaram nela uma placa indicativa com o nome de Juiz Gama Cerqueira. Mas, ela sempre foi conhecida como "Praça do Urubu".

Fernando Pereira de Melo Vianna nasceu a 15 de março de 1878, filho do português Manoel Fontes Pereira de Melo Viana e de Blandina Augusta de Araújo. Foi matriculado no Colégio Caraça em 1890 de onde saiu para cursar Direito em Ouro Preto. Por ocasião da mudança da capital do estado, transferiu-se para Belo Horizonte para terminar o curso. Exerceu a magistratura, foi professor, senador pelo PSD e Vice-presidente da província de Minas Gerais em 1926.

Ver praça do Urubu, em Antigos Logradouros e, Gama Cerqueira, em Logradouros Atuais.

MUNICIPAL, rua

A rua Municipal existiu no tempo da visita do Imperador D. Pedro à cidade, em 30.04.1881, segundo o jornal O Leopoldinense de 24.04.1881. É a atual rua Cotegipe que, também, foi chamada rua das Flores.

Diz a nota sobre a visita de D. Pedro a Leopoldina, que no trajeto da estação até à casa da rua Municipal nº 29 e desta às escolas, cadeia e vice-versa, tocaram as 3 bandas (do Prof. Antonio Fernandes Dunga, do Prof. João Affonso Vianna e de Francisco Casemiro da Costa Filho.

Depois do almoço sua Majestade, acompanhada do deputado geral Antonio Alvares de Abreu e Silva, dos diretores da Estrada de Ferro e outros, visitou o Colégio N. S. do Amparo, a cadeia e a Câmara. Da rua Municipal seguiram para a Matriz, onde rezaram e voltaram à agência da Estrada de Ferro.

No livro caixa, códice 245, fls 2, datado de 23.10.1876, consta o pagamento a Silverio Antonio Mendes pelo calçamento da rua Municipal, no valor de 1:300\$000. No livro 6 de atas da câmara estão os registros que se seguem: Às fls 5, em 13.03.1877, Silverio Antonio requer pagamento por conta do calçamento que está fazendo na rua Municipal. Felisberto Antonio Mendes informa que para concluir o calçamento será necessário desaterrar um grande barranco desta rua, em frente à casa do Dr. Lintz. Na folha 9, em 01.05.1877, Custodio Cruz apresentou proposta de autorizar o calçamento da rua Municipal e seu prolongamento até a Estação da estrada de ferro, mandando romper o barranco da mesma rua. Na folha nº 10, com a data de 30.07.1877, Antonio de Santa Cecilia encaminha plano e orçamento para a rampa da rua Municipal, trabalho entregue a Manoel de Souza Muniz. Na folha nº 52 verso, 07.02.1879, foi lido relatório do fiscal citando que um terreno na rua Municipal tinha sido concedido a João Teixeira Lopes Guimarães, aparentemente por Eugênio Botelho Falcão, e tinha *cahido em terceiro comisso*, tendo sido pagos os direitos a 13.01.1879 e, portanto, João Teixeira Lopes Guimarães continuava na posse do terreno. Na mesma rua, mesmo caso em relação a Roque Evaristo Penha que pagou no dia 23.01.1879. Na fl. 55 verso, 03.03.1879, João Patrício de Moura e Silva, senhor e possuidor de uma posse na rua Municipal, que comprou de José Pereira Lopes Guimarães, caiu em *comisso* não porque se negue a pagar mas, porque os empregados encarregados da cobrança se negaram a entregar-lhe o respectivo talão. *“Existe maior parte dos esteios depositados na dita pose e toda a madeira e materiaes prontos para n’ella edificar um grande sobrado de desoito palmos cada andar, e a mão de obra contractada com o cidadão Francisco Victal de Mendonça ao passo que um tal Roque Penha a requireo, para o que não foi elle intimado e nem aumenos consultado a respeito de querer ou não pagar o comisso.”*

No livro 6, às fls 76 verso, 25.07.1879, trata-se da adequação da rua que “da rua direita dirige-se a municipal pelo morro da Matriz, de conformidade com a postura, por que não tem 30 palmos de largura a dita rua.”

No livro 7 de atas, às fls 43, com a data de 10.06.1880, discute-se sobre mandar alargar a rua que desce da casa do Dr. Américo e sai na rua Municipal “e assim mais do morro das piteiras até a casa do Professor Angelo”. Nesse mesmo livro, às fls 70, em 07.12.1880, está registrada a necessidade de mandar reconstruir a calçada que da plataforma da Estação da estrada de ferro entronca-se na calçada da rua Municipal, mandando-se abaular o calçamento para evitar a parada de águas naquele lugar e evitando a aglomeração do barro vindo da estrada da Grama ali existente.

Ver outras notas na rua Primeiro de Março.

NOVA, rua

(Centro) – É a atual rua Presidente Carlos Luz.

Foi aberta por volta de 1930. Recebeu o nome de rua Thebas mas permaneceu com o apelido de “rua Nova” até bem pouco tempo.

OPERÁRIOS, rua

(Fábrica) – É a atual rua Costa Montes.

Seu nome homenageava os trabalhadores da Cia Fiação e Tecidos Leopoldinense, a Fábrica, que deu origem ao bairro.

ORFANATO

Orfanato é como geralmente se referia às terras que ficam na encosta da pedra do Cruzeiro.

Segundo Luiz Eugênio Botelho em “Leopoldina de Hoje e de Ontem”, no passado o local era conhecido como chácara do João França.

A instituição “Orfanato Dona Lenita Junqueira” foi fundada no dia 27 de agosto de 1922, tendo a frente o padre Giulio Fiorentini. Sua inauguração ocorreu somente a 24 de maio de 1946, 22 anos após a morte de seu idealizador, quando acolheu as duas primeiras hóspedes. Recebeu inicialmente o nome de Patronato Dona Lenita Junqueira. A primeira hóspede, nascida em Ponte Nova no ano de 1935, permaneceu na instituição até janeiro de 1946, quando foi entregue à Irmã Gabriela, da Casa de Caridade Leopoldinense. A segunda ali permaneceu até 1953, sendo então acolhida em casa de uma das tradicionais famílias da cidade.

PALHA, rua

(Centro) – Não se tem ao certo onde esteve localizada esta rua. A Gazeta de Leste, de 11.10.1890 diz que o sexto quarteirão compreendia a rua Cotegipe, a partir da casa do Custódio Cruz (que se supõe tenha existido nas proximidades da esquina da rua Tiradentes), até a estação e a rua da Palha. A partir desta informação acreditamos que seja esta a atual rua Ribeiro Junqueira.

PALMEIRAS, rua

(Praça da Bandeira) – É a atual rua Emília Levasseur Rocha.

A mudança do nome de rua das Palmeiras para Professora Emília Levasseur Rocha ocorre com a lei nº 800, de 27.04.1972.

PASSEIO, largo

(Centro) – Este foi o primeiro nome da praça Professor Botelho Reis. Seu nome foi alterado, em 1880, para largo Visconde do Rio Branco, por indicação do vereador Teodoro Carneiro.

PIACATUBA, rua

(Centro) – É a atual rua Cel. Olivier Fajardo. Chamava-se Piedade até que o nome do distrito mudou para Piacatuba. Recebeu o nome atual, Cel. Olivier Fajardo pela lei nº 414, de 30.11.1961.

O primeiro nome de nosso mais antigo distrito foi Curato de Nossa Senhora da Piedade, povoado a partir da década de 30 dos oitocentos. Instituído distrito em 10 de outubro de 1851, pertencendo ao então criado município de Mar de Espanha, foi transferido para Leopoldina quando de nossa emancipação política em 1854. A 7 de setembro de 1923, por conta de lei estadual que vetava o uso de nomes religiosos em unidades político-administrativas mineiras, recebeu o nome de Piacatuba que, na língua geral, significa “terra de gente de bom coração”.

PONTE, rua

Luiz Rousseau Botelho, em “Coração de Menino”, p. 100, se refere a esta rua, que teria existido em 1901. Diz ele: “..... foi ali no largo Professor Ângelo, mesmo na esquina da rua da Ponte, onde havia a casa comercial de um espanhol”.

Acreditamos que esta rua seja a atual João Neto.

PRIMEIRO DE MARÇO, rua

(Centro) – Conforme se verá a seguir, compreendia as atuais ruas Gabriel Magalhães e Lucas Augusto. Anteriormente chamava-se rua Direita. Possivelmente teve seu nome alterado pela comissão de 1880, da qual falamos na introdução.



Segundo o Almanaque de 1885, nesta rua ficava o hotel Carneiro, o cambista Pereira Lopes e Cia., o barbeiro José Joaquim da Silva Correa, a farmácia Confiança de Werneck e Cazimiro, o advogado Dr. Américo Lobo Leite Pereira, o tenente João Antonio Miranda, o contador João Guilherme Gaede, o juiz municipal Antonio Augusto de Lima e seus suplentes o tenente Manoel Cândido de Oliveira Lima e o capitão Antonio José Alves Ramos, o suplente de delegado de polícia capitão José Antonio de Oliveira Martins e o médico Dr. Otavio Ottoni.

A Gazeta de Leste, de 11.10.1890 diz que o segundo quarteirão começava no largo do Rosário e rua Tiradentes e ia até a casa de negócio do Pedro Barra, na esquina da Sete de Setembro. E o terceiro, partia da casa do Olívio Vargas Correia, no começo da rua Primeiro de Março e por esta chegava até o alto da matriz.

O Leopoldinense de 28.04.1895 informa que em 22.04, pelo decreto nº 7, o sr. agente executivo abriu um crédito extraordinário para aquisição de um prédio para a câmara municipal. Este crédito, somado a um anteriormente votado, somava 25.000\$000 pela qual se realizou a compra do palacete que pertenceu ao falecido Dr. José Cesário.

No texto do decreto nº 7, após vários considerandos, inclusive um que diz ser insuportável a câmara estar junto com a cadeia, o art. 1º do decreto diz: fica aberto o crédito para aquisição do prédio sito à rua Primeiro de Março, pertencente ao Dr. Quirino Ribeiro Monteiro de Barros e demais condôminos. E o mesmo jornal, na sua edição de 19.05.1895, dá notícia de que a Câmara Municipal já mudou para o palacete do Dr. José Cesário.

O livro de atas nº 7, fls 55verso, datado de 06.09.1880, Américo Lobo Leite Pereira alega que foi aberta uma rua que termina na Primeiro de Março junto ao prédio nº 37 e não se lhe deu a largura necessária, além de a nova rua ser *estreitada* por um barranco que desfigura a principal que é a Primeiro de Março. Pede que se mande desmorronar o barranco. No mesmo livro, fls 80verso, 07.02.1881, o mesmo Américo reclama sobre a casa que a Câmara do quadriênio passado mandou fazer na rua Municipal, pondo em perigo o prédio nº. 37 da rua Primeiro de Março. Mais adiante, às fls 88, 07.03.1881, o requerimento do Dr. Américo é indeferido porque o *“supplicante quando comprou a dita casa de João Teixeira Lopes já existia a escavação da rua Municipal e calçada, e por essa razão não acha justo o que o supplicante exige da Câmara.”*

Neste acto, pelo Vereador Dr. Eduardo, “foi requerido que se insira na acta que votou contra a construção do paredão requerido por não poder a Camara actualmente dispor da quantia precisa para esse serviço. Aprovado.”

No livro caixa da câmara municipal de Leopoldina, às fls 15, com a data de 01.08.1881 registra-se que foi pago a José da Costa Godinho, pelo levantamento da calçada na rua Primeiro de Março, a importância de 446\$760.

PROVIDÊNCIA, rua

É a atual rua Gabriel de Andrade Junqueira. Seu nome foi alterado pela lei nº 402, de 25.05.1961.

O distrito de Providência foi criado pela Decreto número 61 de 09.05.1890, em território do município de Leopoldina. É uma das regiões da cidade que, embora tendo sido ocupada

nos primórdios de nosso povoamento, mais tardiamente teve o arraial formado. De 1831, data do mais antigo documento que menciona seus antigos moradores, até os anos setenta daquele século, seus atuais limites eram ocupados por antigas fazendas. Com o surgimento da ferrovia, em torno de sua estação começaram a surgir as primeiras construções que deram origem ao distrito.

PURY, fazenda

(Onça) - No livro Machado e Rodrigues dizemos que as terras desta fazenda, segundo informes verbais e nossas observações, abrangiam a serra dos Puris, principalmente a vertente cortada pela atual estrada Rio-Bahia, BR-116, no seu trecho entre os quilômetros 771 a 777, no bairro da Onça. Sua sede, um casarão assobradado, foi demolida para a construção da estrada BR-116, no km 776. Ficava onde está o leito da estrada, aproximadamente cem metros após a ponte de concreto ali existente, no sentido Leopoldina-Rio de Janeiro.

Estas terras passaram aos herdeiros de João Rodrigues da Silva e, posteriormente, boa parte foi transferida para terceiros. Hoje, apenas as partes herdadas por Paulino, Martiniano, Ana Venância e Antonio Augusto, permanecem nas mãos de familiares. Segundo consta esta fazenda Puri confrontava com as fazendas da Constança, Boa Sorte, Onça e Floresta.

RECREIO, praça

(Centro) - É a atual praça João XXIII.

A mudança do nome desta praça ocorreu com a lei nº 483, de 26.07.1963.

A cidade de Recreio nasceu como distrito de Leopoldina a 27.06.1890 e assim permaneceu até 17 de novembro de 1938, quando foi emancipada. Seu território inicial foi um desmembramento de partes do distrito de Conceição da Boa Vista, especialmente a localidade que veio a formar o distrito de São Joaquim, atual Angaturama, a 21 de novembro do mesmo ano.

O Curato de Conceição da Boa Vista foi elevado a distrito em 10 de outubro de 1851, pertencendo ao então criado município de Mar de Espanha. Com a emancipação política de Leopoldina, passou a fazer parte de nosso município. Em 1938, foi transferido para Recreio.

O nome do município é uma referência à fazenda do Recreio, de propriedade dos irmãos Inácio e Francisco Ferreira Brito, personagens de grande importância na definição do traçado da ferrovia que corta a cidade.

RIACHUELO, rua

(Rosário) - É a atual rua Joaquim Ferreira Brito, que faz a ligação da praça do Rosário ao Cemitério. Como se verá adiante, o nome de rua Riachuelo já aparece em anotações da câmara de 1876. A alteração para Joaquim Ferreira Brito ocorreu com a lei nº 437, de 25.07.1962.

A Gazeta de Leste, de 11.10.1890, diz que o primeiro quarteirão começava na casa de negócios de Adrelino Pinheiro de Senna, propriedade de Valério Ribeiro de Rezende, pela rua Riachuelo até a casa Ferreira Neto e Cia, na esquina do largo do Rosário.

Barroso Júnior conta que nesta rua, junto ao morro do Cemitério, “havia um rancho de tropeiros que navegavam por estes sertões.”

O nome dessa rua era uma homenagem aos militares brasileiro que participaram da batalha naval de Riachuelo, ocorrida em 1825.

O livro caixa, código 245, fls 37, de 21.10.1876, registra que foi pago “por *limpação do canal da rua do Riachuelo*,” a importância de 23\$000.

No livro nº 06 de atas da câmara consta a anotações que se seguem: Às fls 4verso, em 12.03.1877, petição do procurador da câmara explicando que o prédio da câmara que existe na rua do Riachuelo está em ruínas e pedindo autorização para vendê-lo em praça pública. Na folha 29, 23.03.1878, está registrado o requerimento para pagar os serviços realizados nos buracos entupidos da rua do Riachuelo, em terreno da câmara. Finalmente, na folha 62, com a data de 07.04.1879, João Manoel Ferreira Brandão declara ser-lhe conveniente residir na casa de propriedade da câmara, na rua do Riachuelo, que se acha ocupada gratuitamente por Manoel Ferreira Marques.

No livro 7, às fls 68, datado de 30.11.1880, está o registro que trata da necessidade de calçamento da rua do Riachuelo, reduzindo-se à pedra miúda as pedras de que se compõe,

estendendo-se o calçamento até o *alto do cemitério novo*. Em ata de 07.02.1881, fls 82, decidiu-se por apenas consertar a calçada existente na rua do Riachuelo nos lugares onde faltavam pedras e não fazer o calçamento do morro que leva ao cemitério.

RIO BRANCO, VISCONDE, largo (praça)

Consta do livro 7 de atas da câmara, às fls 70verso, com data de 07.12.1880 que, após manifestação de pesar pelo falecimento do Visconde do Rio Branco, o vereador Teodoro Carneiro indicou *que o largo do Passeio d'esta Cidade passe a ter a denominação Praça do Visconde do Rio Branco*. O Almanaque de 1885 diz que neste largo encontrava-se o promotor público e advogado Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, o solicitador tenente Manoel Cândido de O. Lima e a farmácia Central, do capitão Antonio José Alves Ramos.

Gazeta de Leopoldina, de 27.03.1910 diz que o cel. Affonso Henrique de Albuquerque adquiriu a farmácia Central, do Sr. José de Souza Marques e a instalará no largo Visconde do Rio Branco, junto ao Hotel Antunes.

Gazeta de Leopoldina, de 19.09.1911 fala no jardim do largo Visconde do Rio Branco, que ainda não foi inaugurado e a ele se refere como sendo o jardim central da cidade.

Por estas e algumas outras informações, deduz-se que este largo é a atual praça Professor Botelho Reis.

RODRIGUES, chácara

Era uma chácara que existia no final do bairro da Fátima, onde está a rua Ercília Guimarães.

SALGADO FILHO, rua

(Praça da Bandeira) – É a atual rua Murilo Rodrigues Pinto.

Salgado Filho foi Ministro da Aeronáutica no governo do presidente Getúlio Vargas. Era gaúcho e faleceu em acidente aéreo.

SAPECADO, alto

A Gazeta de Leste, de 11.10.1890 diz que o quarto quarteirão compreendia a rua Sete de Setembro até o sobrado de Eugênio Botelho e Tiradentes até a casa do Tomaz de Almeida Pinho e o quinto, tinha início na casa ao lado do sobrado do Eugênio Botelho (atual praça Gama Cerqueira), na continuação da Sete de Setembro e seguia pelas Tabocas até o alto do Sapecado.

Dessa informação se conclui que o Sapecado era o morro dos Pirineus, talvez na sua parte que fica mais para o lado do bairro Esteves. Até porque na face dos Pirineus, voltada para a rua Presidente Carlos Luz, pelo que se sabe, existiu um cemitério.

Segundo antigos moradores, o lado direito do que passou a ser conhecido como Pirineus era coberto de urtigas. Uns dizem que daí viria o nome Sapecado. Outros informam que o local era muito pedregoso e com pouca vegetação rasteira, sendo constantemente tomado pelo fogo na época da seca.

SAPO, rua

(Quinta Residência) – Era o nome pelo qual se conhecia a atual rua Antonio Fernandes Valentim.

SOTERO, rua

(Centro) – Luiz Rousseau Botelho, em “Coração de Menino”, p. 101, se refere ao local como sendo “a estrada do antigo Hotel do Sotero, que passava pelo alto do morro e a rua do Buraco ficava lá embaixo...”

Ver rua João Gualberto, em Logradouros Atuais.

TABOCAS, bairro e rua

Pela lei nº 98, de 18.02.1950, a antiga rua das Tabocas teve seu nome mudado para rua Dom Aristides. O bairro, foi rebatizado com o nome de bairro Esteves.

Barroso Júnior informa que o córrego do Feijão Cru circula por quase todo o povoado. Mais longe dele ficava as Tabocas, com seu casario irregular e de gente pobre.

Tabocas, segundo o Pequeno Vocabulário Tupi-Português, do Padre A. Lemos Barbosa, significa “taquaras”.

Para os mais antigos, que se lembram das Tabocas, fica a dúvida quanto ao limite das Tabocas “de cima” e “de baixo” e se de fato existiam a Tabocas e a Taboquinhas.

A Tabocas é um dos bairros mais antigos de Leopoldina. Existem registros que dão conta de que, desde o início do povoado que deu origem à cidade, já se falava na mina das Tabocas. A ela, inclusive, se refere o historiador Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que viveu na cidade a partir de 1861.

Notas do Jornal O Leopoldinense, o primeiro jornal da cidade, de 1881, falam da necessidade de melhorias no local e da urgência do esgotamento do escoadouro da mina das Tabocas, para facilitar a chegada dos muitos usuários à fonte. Mina que, desde sempre abastece cântaros, botijas, moringas, latas, garrafões e garrafas de quantos buscam sua água pura. Mina que permanece ali, bem perto da padaria do Kiko, com a mesma água límpida e gelada, cumprindo a sua “missão” de matar a sede, encher garrafas e testemunhar o “dedo de prosa” de cada um de seus visitantes.

A Gazeta de Leste, de 11.10.1890 informa que o quinto quarteirão começava “na casa ao lado do sobrado do Eugênio Botelho, na continuação da rua Sete de Setembro e incluía a Tabocas e o morro do Sapecado”.

As prováveis taquaras, que teriam existido no passado, embora não se tenha encontrado registro escrito sobre elas, sumiram antes mesmo da chegada das atuais mansões, edifícios e casas que enfeitam todo o vale e suas encostas.

A Gazeta de 22.08.1911 fala na caixa d’água no morro da força e de uma cerca construída nas Tabocas, por Adão Pereira Rodrigues, que impedia o trânsito e acesso à mina.

TERESA, SANTA, bairro

Ver rua Castro Alves, em Logradouro Atuais.

TEREZINHA, SANTA, rua

(Cemitério) – Atual rua do Contorno.

Foi através da lei nº 602, de 01.03.1967, que esta rua teve o seu nome mudado para rua do Contorno.

É o único caso de um nome próprio substituído por substantivo comum em logradouro.

THEBAS, rua

(Centro) – É a atual rua Presidente Carlos Luz. Foi também conhecida por rua Nova. A lei 394, de 01.03.1961, deu a esta rua o nome de Presidente Carlos Luz.



Segundo Joaquim Ribeiro da Costa, o topônimo tem origem no vocábulo tupi “teba”, significando forte, desembaraçado, graúdo, importante. No entanto, parece que o nome é uma homenagem ao desbravador de nome Manoel de Tebas, que vivia no local antes de 1856.

José Cesar da Silva, em “Memórias de um Tebano”, p. 13, afirma que foram o senhor Tebas e seus familiares, os primeiros moradores do lugar onde está a sede do distrito.

Com parte de seu território conhecido como Paróquia de Nossa Senhora das Dores desde 1854, somente a 30.11.1880, pela lei nº 2675, foi oficializado como Distrito de Leopoldina. No ano seguinte, a 25.10.1881, foi confirmada eclesiasticamente a criação da

Paróquia de Santo Antônio de Tebas através da lei nº 2848. Em 1882 a lei nº 3113 instituiu o Distrito Policial em Tebas.

O jornal O Leopoldinense, de 28.08.1881 informa que foi criada a Agência dos Correios de Tebas, pelo comendador Wilckens de Mattos, diretor geral dos Correios.

No livro de atas da câmara nº 7, fls 82verso, 07.02.1881, a Câmara decidiu mandar fazer a demarcação do novo distrito dos Thebas, sendo nomeados para a comissão o vereador Coimbra e os cidadãos Francisco de Vargas Corrêa, tenente coronel Mizael Antonio da Silva e alferes José Antunes Vieira, de conformidade com a lei nº 2675, de 30 de novembro de 1880. Na folha 94, em 08.04.1881, consta o ofício dos membros da comissão encarregada de demarcar os limites do novo distrito de Santo Antonio de Thebas, os quais são os seguintes: *Ficção desmembradas do Districto do Rio Pardo e pertencendo ao novo Destricto de Santo Antonio do Monte Alegre as Fazendas de Francisco José Barboza de Miranda – Francisco Mestre – Paulino Ramos – Francisco Xavier Augusto – Fazenda da Concordia – Antonio Alvarez Tavares e a Fazenda do Batatal, todas por suas devizas; - Ficção desmembradas do Destricto de Nossa Senhora da Piedade por suas devizas e pertencendo ao novo Destricto as Fazendas de Manoel Ferreira de Souza – Francisco Antonio Nogueira e Eleuterio Gonçalves de Oliveira, João Paulino Barboza e Francisco José Barboza – Ficção desmembradas do Destricto da Leopoldina e pertencendo ao novo Destricto as Fazendas de Antonio de Almeida Ramos e de seo genro João Baptista, Joaquim Antonio de Almeida, Francisco José Coimbra, Candido José de Almeida, Manoel Joaquim Coimbra, Major João Vidal, Fazenda do Socorro ficando pertencendo ao novo Destricto todos os habitantes existentes dentro dos limites supra mencionados.* Foi aprovado com a declaração de que é Santo Antonio dos Thebas e não Santo Antonio do Monte Alegre.

THEÓPHILO OTONI, rua

A Gazeta de Leopoldina de 26.01.1912 diz que está terminado o elegante prédio que a Cia Força e Luz mandou construir à rua Theophilo Otoni. Isto nos leva a crer que esta rua é atual Lucas Augusto, onde funcionava a sede daquela companhia em Leopoldina e que hoje se transformou na Usina Cultural da Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina.

O nome desta rua era uma homenagem a Theóphilo Benedito Otoni, nascido 27.11.1807 na vila do Príncipe, atual cidade do Serro, MG. Além de militar, jornalista, político, tribuno, ensaísta e revolucionário, eis que Teófilo Otoni se coloca também na posição de empresário bem sucedido e se entrega aos estudos do potencial econômico e social do Brasil, incentivado pelo amigo e também visionário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Trabalhou intensamente pela ligação da região da atual cidade de Teófilo Otoni com o porto de Vitória. Faleceu em 17 de outubro de 1869, de doença tropical adquirida no Vale do Mucuri. Foi casado com Carlota Amália de Azevedo.

No Almanack do Arrebol de Outubro de 1985, encontramos uma referência a esta rua com outro nome. Em entrevista ao editor Elias Abraham Neto, o memorialista Luiz Rousseau Botelho informa ter cursado o primário no “Colégio Olímpio Corrêa de Paula, localizado na rua Otávio Otoni, atualmente Lucas Augusto”. No entanto, considerando que outras fontes citam Theophilo Otoni, acreditamos ter sido esta a denominação original.

TRÊS DE JUNHO, rua

(Centro) – É a parte da atual Professor Joaquim Guedes Machado que vai da praça Professor Botelho Reis até a esquina da rua José Lintz. Seu nome foi alterado pela lei nº 1028, de 11.06.74.

Três de Junho é a data de fundação do Ginásio Leopoldinense.

URUBU, praça

Oficialmente esta praça chamava-se Melo Vianna. Pela lei nº 406, de 03.10.1961, recebeu o nome de Dr. Gama Cerqueira.

Segundo Mário de Freitas em “Leopoldina do Meu Tempo”, esta praça está onde existia o sobrado da família de Antonio Sabino, um antigo coletor federal da cidade. Neste mesmo sobrado, ainda conforme o citado autor, morou Eugênio Botelho Falcão, que fora agente do Correio e delegado de polícia.

Por um curto período afixaram nela uma placa indicativa com o nome de Juiz Gama Cerqueira.

Sua designação atual é uma homenagem ao Dr. Caetano Augusto Gama Cerqueira, que foi o primeiro juiz de direito da Comarca de Leopoldina.

Mas, independente de sua denominação oficial, esta praça sempre foi conhecida como “praça do Urubu” e sobre este nome existem várias versões.

Preferimos a explicação dos que informam que o nome “Urubu” se relaciona com a presença de grande quantidade dessas aves na redondeza, em função de depósito de lixo e córrego que por ali passava, vindo da mina das Taboquinhas ou, pela existência de um açougue na referida praça, que abatia animais e despejava os restos nas águas que vinham da mina das Tabocas. E respaldamos nossa preferência nas informações que se seguem.

No livro 6 de atas da câmara registra, em várias reuniões, discussões a cerca de contrato para fornecimento de carne verde aos moradores da cidade. E na folha 77 verso, assembléia de 25.07.1879, há uma anotação bastante esclarecedora. Está ali anotado que *“pelo vereador Dr. Pestana foi indicado que esta Camara providenciando ao restabelecimento do curral do conselho sem o que tornão-se inexequíveis muitos artigos das posturas e sem acção o Fiscal, mande orçar o conveniente cerco de tabuões que fique seguro e duradouro e estabelecimento de baias para tractar digo tracto dos animaes apreendidos no mesmo lugar que antes servia abrindo-se um portão no beco entre a casa da Camara e a de David Madeira & Teixeira.”*

Além disto, da leitura desse livro fica-se com a impressão de que o *curral do conselho* comunicava-se com um matadouro, porque em outra ata é dito que os animais apreendidos e não procurados pelos donos, e que deveriam pagar multa pela “hospedagem”, poderiam ser abatidos. O que torna claro que os animais destinados ao abate também ficavam no tal curral do conselho.

Destas informações e da certeza de que a câmara localizava-se onde foi construído o Clube Leopoldina e, considerando o tal beco como sendo a rua que vai dar na praça do Urubu, estaria aí uma boa explicação sobre a existência de um “açougue” por ali.

Registre-se, ainda, as diversas citações que são feitas a um córrego vizinho do prédio da cadeia, que por vezes é citado como sendo da câmara, e que em outra ata aparece como condutor da *“sujeira que vai do matadouro para o córrego.”*

Na ata de 01.09.1879 fica a impressão, inclusive, que existiam dois matadouros porque citam *“reparos necessários ao matadouro além do morro do cemitério”* para que ele possa vir a ter o uso a que se destina.

No livro caixa da câmara municipal de Leopoldina, ano 1881, folha 11, com a data de 20.05.1881, está o pagamento ao tenente José Tavares Pinheiro pelo carro e levagem de madeiras para o matadouro público, no valor de 18\$000. E neste mesmo livro, às fls.14, em 07.07.1881, registra-se o pagamento ao fiscal pelo conserto da fonte, telhas para o matadouro e três livros para a secretaria da câmara, no valor de 64\$000.

VASCONCELOS, DOUTOR, rua

A Gazeta de Leste, de 11.10.1890, diz que o sétimo quarteirão estava o largo capitão Félix Martins até a subida da serra, passando pela chácara do João Lourenço Ferreira de Lacerda, rua Dr. Vasconcelos até a casa de Francisco Vargas Correia.

No livro 6 de atas da câmara, às fls 58 verso, em 10.03.1879, trata-se do conserto do caminho do morro entre o hotel das Palmeiras, acima da Estação e a casa do cidadão Doutor Vasconcellos.

Não se tem ao certo a que personagem se homenageia com a designação desta rua. No entanto, há uma grande possibilidade de ser uma homenagem ao Dr. Manoel Teixeira da Fonseca Vasconcelos, provavelmente um vereador em 1877, citado em algumas assembléias da câmara naquele ano.

Tudo leva a crer que esta rua recebeu este nome após os trabalhos da comissão formada pela câmara, em 1880, à qual nos referimos na introdução deste livro.

SUMÁRIO